

01-0608/2002

Quorum: Maioria Absoluta
2 discussões e votações
Há Subst. de



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0608/2002 DE 2002

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0608/2002 DE 29/10/02

PROMOVENTE: VEREADOR

GOULART

E M E N T A:

"DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE IDENTIFICAÇÃO DOS
POSTES DE RADAR NA COR AMARELA."

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
5/1/2011 11:41:30

00000056012-07



ARQUIVADO EM 26/03/2009

Viviane

CHEFE DE SEÇÃO

VIVIANE FERREIRA PÓ
Supervisora
SGP-33

CÓD. 0213

Atéria PL 608/2002. DANILO MIRANDA DOS SANTOS



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 1

Gabinete do Vereador Goulart

Folha nº 01 do pr
Nº 608 de 02
Adel na Cícera - Ass. Parlam
RF. 100.406

LIDO HOJE 29 OUT 2002 PROJETO DE LEI 01 - PL
01-0608/2002
AS COMISSÕES DE:
Constituição e Justiça
Trânsito, Transportes e Aéreo
Finanças e Orçamento
PRESIDENTE

Dispõe sobre obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela.

A Câmara Municipal de São Paulo, decreta:

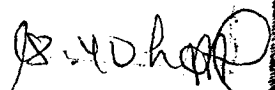
Art. 1º - Todos os postes de afixação de radares controladores de velocidade deverão ser integralmente pintados na cor amarela.

Art. 2º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em outubro de 2002.


ANTONIO GOULART
VEREADOR
1º VICE-PRESIDENTE

Seção de Publicação e
Edição de Anais - DT-10
29 OUT 2002


"Crie um sonho, acredite e ele será seu."

CÂMARA DE SÃO PAULO	
SEQUÊNCIA	(s) rubricado(s)
sub nº 2	o livro de informação sub nº
3	6/11/02

INACIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132



Gabinete do Vereador Goulart

Folha nº	02	do proc.
Nº	608	de 02

JUSTIFICATIVA

Adriana Ciccone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Tem o presente projeto de lei o objetivo de identificar os postes de afixação de radares controladores de velocidade.

Em síntese, o que se pretende é criar um mecanismo eficiente de alerta para os motoristas que por estarem cientes do radar diminuirão a velocidade automaticamente por temer a penalidade.

Num primeiro olhar, a medida pode parecer um incentivo ao descumprimento da regulamentação da velocidade no trânsito, eis que o radar teria a função de flagra – por isso camuflado - o infrator, apenando-o com a multa correspondente e registrando em seu prontuário a pontuação negativa.

Não é o que entendem aqueles que compartilham e defendem o método de "estímulo-resposta-reforço" no processo educativo. Aplicado à proposta, teríamos que o estímulo seria o alerta amarelo do posicionamento do radar, a resposta seria a imediata redução de velocidade ou não do veículo controlado e, o reforço, a penalidade de multa e registro dos pontos àqueles que mesmo alertados insistem em não atender a regulamentação. Com isso a margem dos recursos interpostos cairia sensivelmente vez que as razões que justificariam a indisciplina seriam reduzidas quase a nenhuma.

Lembremos também que o espírito da Lei não deve ser o de criar uma fonte inesgotável de recursos ao erário e tampouco o de criar letras mortas, mas de inculir no perfil de cada cidadão a importância de atender às regras estabelecidas democraticamente.

"Crie um sonho, acredite e ele será seu."



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

fls. 4

Papel para informação, rubricado como folha nº

03

do processo nº 01-608 de 20 02 6, 11, 02 (a)

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

Ao Senhor Assessor Chefe,
sobre o assunto, consta:

PL 414/02 andamento

06/11/02

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

A Com. de Const. e Justiça

13 / 11 / 02

Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 13.11.02 às 18:25 h

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Secretário

Ao Nobre Vereador A. J. J. J.
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 28 de 11 de 2003

J. L. L.
Presidente

Redistribuído ao Nobre Vereador Leão J. J. J.
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 24 do 02 de 2003

[Assinatura]
Presidente

S E G U E juntado nesta data, documento e papel para Informação, rubricado
sob folha nº 04

Em 22 / 11 / 2003

(a) [Assinatura]

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Secretário



16 - PAR
16-0276/2003

PARECER Nº

2003 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E

JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0608/2002.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Vereador Goulart, que visa dispor sobre a obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela.

A matéria encontra amparo na Carta Magna e na Lei Orgânica do Município. De fato, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, incisos I e 5, da CF) e à Câmara, com sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente, legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 13, I e 37 "caput" da LOM).

Com efeito, nas precisas lições de Hely Lopes Meirelles ¹, "o que define e caracteriza o interesse local, inscrito como dogma constitucional, é a predominância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União", é o caso específico da proposta que deve estabelecer regra consentânea com a peculiaridade do sistema viário da megalópole, onde a sinalização se perde em meio à poluição visual, ao fluxo lento do tráfego das artérias etc.

Ante o exposto somos,

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 02.4.03

¹ In Direto Municipal Brasileiro, 6ª ed., Malheiros Editores, pág. 98.

DIÁRIO OFICIAL

03 / 4 / 03

50 coluna 1

Recebido: 

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Secretário

V. Douta Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica,
Em, 03 / 4 / 03.

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Secretário

Recebido na Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica.
Em 03 / 04 / 03 às 14 h 45


Irineu Bosques Filho
R.F. 11.068

Ap. nobre Vereador JOSÉ VIVIANE FERRAZ
para relatar.

Bela da Comissão de Trânsito, Transporte e
Atividade Econômica.

14 / 04 / 03

PRESIDENTE

Segue juntado , nesta data

Documento e papel de informação

Rubricado sob folha nº 05

Em 16 / 05 / 03

Irineu Bosques Filho
Reg. 11.068



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16-0653/2003

Folha nº	05	do
Processo	608/02	
Irineu Bosqueiro Filho		
Reg. 11068		

fls. 8

DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0608/2002.

De autoria do nobre Vereador Antonio Goulart (PMDB), o projeto objetiva tornar obrigatório a pintura integral, na cor amarela, de todos os postes de afixação de radares controladores de velocidade.

Esta seria uma forma de alertar ao motorista, não para o descumprimento da regulamentação da velocidade no trânsito, pois a presença do radar é sempre punitiva, não atendendo ao método educativo do estímulo-resposta-reforço, visto que a identificação pela cor já chamaria o alertaria para lembrar da disposição legal, evitando a multa e recursos, reduzindo a velocidade se porventura estiver em desacordo, de modo que sempre teria um reforço em seu comportamento positivo.

A legislação atual já determina a necessidade de placas alertando a presença de radares, tanto que foi prorrogado o prazo para que todos os Municípios cumprissem essa determinação, revogando as multas aplicadas pelos radares em vias não sinalizadas recentemente.

Desta forma, além da placa da presença de radar já exigida que tem a mesma função de alerta, a pintura em amarelo dos postes de afixação dos radares, servirá de reforço para atender a legislação de trânsito, agindo dentro do princípio educacional mencionado pelo nobre autor.

Favorável é nosso parecer.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, EM 15/05/03.

Presidente

Relator

17 - RELCOM
17-5044/2003

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 21, 05, 03
página 59 coluna III
Conferido: 11068

A
Douta Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTO.
Em 21, 05, 03

Irineu Bosqueiro Filho
R.F. 11.068

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento.
n 221 05/03 às 11 h 5
Washington O. Viana
Assistente Parlamentar
Reg. 100.812

Ao nobre Vereador Paulo Frange
Para Relatar.
Sen. da Comissão de Finanças e Orçamento
Em 21 de maio de 2003
Presidente

Segue _____ juntado _____, nesta data
Documento _____ e papel de informação
Rubricado _____ sob folha _____ nº 8
Em 18/06/03

28

SUMARIA S/ IDENTIFICAÇÃO / ASSINATURA



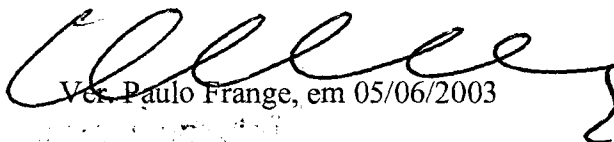
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 01 de 01
Data de 30/09/2015 00:00:00
Processo nº 608/02
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:

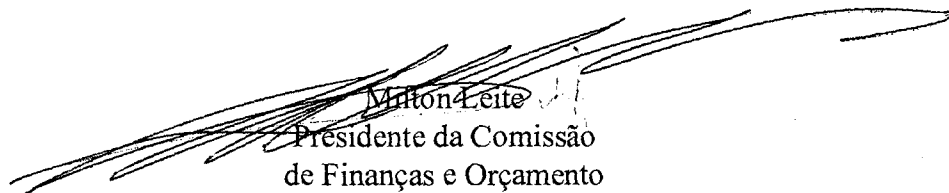
Solicito de V.Exa. as providências cabíveis a fim de que o Executivo responda os seguintes quesitos sobre o Projeto de Lei nº 608/2002:

- 1º) Qual o custo de implementação da propositura?
- 2º) Há viabilidade técnica para cumprimento do projeto?
- 3º) Qual a opinião do Executivo sobre o projeto?

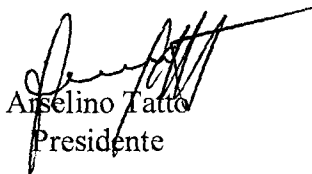

Ver. Paulo Frange, em 05/06/2003

Senhor Presidente:

Encaminho-lhe para as devidas providências.


Milton Leite
Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento

Autorizo o encaminhamento, nos termos do artigo 46, inciso VIII, do Regimento Interno.


Arselino Totto
Presidente

A Leg. 3

Em, 18/06/03

Washington Q. Viana
Assistente Parlamentar
Reg. 100.812

RECEBIDO EM LEG3

EM 18/06/03

AS 18:20



CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
Encarregada do Setor

Sr. Orlando,

Oficiar ao Executivo solicitando informações para a Comissão de Finanças e
Orçamento.

23/06/03


JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Chefe de Seção Técnica IV Substituto

Oficiado, conforme solicitação de V. S^a.

23/06/03


ORLANDO KOCIMENDES
Assistente do Chefe Técnico

SEGUER M. juntado 3, nesta data
documento 3 e papel de informação
rubricado 2 sob folha nº 07/09
Em 01/07/03


CREUSA LEONILDA ZACARIAS ALVES
Encarregada do Setor



Folha nº 01 de 02	Protocolo nº 01.608/2002
Data: 24/06/2003	
Assinatura: CNEUGA LEONILDA ZACARIAS ALVES	
Encarregada do Setor	

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 24 de junho de 2003.

18 - OF-LEG3
OFICIO N. 0372/2003

Senhora Prefeita,

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Finanças e Orçamento e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 608/02, de autoria do Vereador Antonio Goulart – que dispõe sobre obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela, solicitando-lhe que nos informe sobre custos e viabilidade técnica para implementação da propositura, bem como a opinião do Executivo sobre o projeto de lei, para que a referida Comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ARSELINO TATTO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 608/02 de fls. 01 e do despacho da comissão solicitante de fls. 06.

A Sua Excelência a Senhora
Doutora Marta Suplicy
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

JCSS/okm



CÂMARA MUI



pel pa

do processo nº 01-608 de 20 02, 01.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 02 de 02
nº 01-608 de 2002
REUSA LECIO DA ZACARIAS ALVES
Encarregada do Setor

São Paulo, 24 de junho de 2003.

À Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em. 01/07/2003

Relatório
JOSÉ CRISTINO SOUZ
Chefe de Seção Técnica II

TO:

Recebi ofício Leg. 3 nº 372, de 24/06/2003,
solicitando ao Executivo informações referentes ao Projeto de Lei nº 608/02, de
autoria do Ver. Antonio Goulart.

RECEBIDO
SGM/ATL

26/06/03

Anexo: cópia xerográfica do PL nº 608/02 de fls. 01 e do despacho da comissão
solicitante de fls. 06.

Al
ANA LUIZA VANES TORRES FERREIRA
RF: 536.083.1.01
SGM-ATL

n 02/07/03

Al

(a) unit



Prefeitura do Município de São Paulo

Folha nº 10
datado em 30/09/2015 00:00:00.
Processo nº 608/02
Ass. 15
Washington O. Yiana
de São Paulo

GABINETE DA PREFEITA

São Paulo, 27 de Agosto

de 2003

Ofício A. J. L. nº 515/03
Ref. Of. nº 18/Leg.0372/2003
Processo nº 2003-0.156.443-0

15 - DOCREC
15-0494/2003

Senhor Presidente

RECEBIDO NA ATM
Em 27/08/03
Às 15:00 horas

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência

em atenção ao requerido pela Comissão de Finanças e Orçamento, cópia reprográfica das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Transportes, acerca do Projeto de Lei nº 608/02, de autoria do Vereador Antonio Goulart, que dispõe sobre obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela.

Na oportunidade, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

MARTA SUPLICY
Prefeita

Ao
Excelentíssimo Senhor
ARSELINO TATTO
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/MMO/msmp
Resp 608-02

A LEG 3
Em 27, 08, 03

BRENO GANDELMAN
Ass. Téc. Leg. Chefe - ATM -

RECEBIDO EM LEGIS
EM 28, 08, 03
AS 13:20

ORLANDO KOCIMES
Assistente de Linha Técnica

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 28/08/2003

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica IV

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento.

n 28.08.1.08 às 17h00.

Washington O. Viana
Assistente Parlamentar
Reg. 100.812

Cautado em 30/02/2003 16:00:00
SEM EFEITO
Folha nº 11 do
Processo nº 608/02
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Papel para informação rubricado como folha Nº 3

CLATE 133/02

Nº 1

21.12.02

Data

Sonia Maria Capuano Aliberti

Auxiliar de Biblioteca

Reg. 071.09235-0

2003.0.156.443-0

ASSUNTO : PL 0608/2002 - Ver. Goulart

"Dispõe sobre obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela".

ATE - Senhor Assessor

A fiscalização de velocidade é fundamental para manter o nível de segurança no trânsito da Cidade. E o objetivo maior dessa fiscalização é mudar o comportamento dos motoristas de forma que todos circulem dentro dos limites seguros em todos locais do sistema viário.

A decisão de estabelecer características especiais em alguns poucos locais não favorece ao comportamento desejável por toda cidade.

Os equipamentos de controle de velocidade, implantados a partir de fevereiro de 1997 estão ajudando a reduzir em quase 1/3 (um terço) os acidentes com vítimas graves e fatais. São os mesmos dados obtidos em diferentes países onde estão funcionando essa forma de fiscalização. Com essa experiência adquirida, a manutenção desse potencial de redução dos acidentes deve ser mantida com os procedimentos atuais. Qualquer marcação específica vai colaborar ao aumento da desobediência em outros lugares.

Dessa forma, entendendo a intenção do nobre Vereador, nosso parecer é desfavorável à pintura dos postes ou outro suporte qualquer onde as câmeras são colocadas.

Engº LUIZ DE CARVALHO MONTANS
Especialista

Marisa Monteiro Oliver
Assessora - SGM/ATL
OAB-SP 96742

AST/LCM/LNM
02/12/02

DEP. DE OPER. DO SISTEMA VIÁRIO
DSV. A J

02 DEZ 2002

ENTRADA

MAURICIO REGIO
ASSESSORIA DE SEGURANÇA DE TRÂNSITO

[Handwritten signature]

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL
750-0000-0000

1001 de 1001

2015

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001

1001 de 1001



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO -DSV

Folha nº 12 do
autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Processo nº 1698/02
Washington O. Viana
100.812

São Paulo, 04 de dezembro de 2002.

DSV.G
Sr. Diretor

Ref.: Memo nº 1.884/2002 - ATL III
Int.: SGM/ATL
Ass.: Ref. ao Projeto de Lei nº 608/2002, de autoria do nobre Vereador

O projeto de Lei 608/2002 dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela.

Por primeiro entendo que a matéria é típica de gestão administrativa e, assim, deve ser disciplinada exclusivamente pelo Poder Executivo.

Ainda, o projeto de lei em tela contraria o artigo 37, §2º da Lei Orgânica do Município, que dispõe ser do executivo a iniciativa de lei que disponha sobre serviço público.

Portanto, cuidando o legislativo de assuntos privativos do Executivo, ocorre a interferência de um poder no outro, em flagrante afronta ao art.70, VI da Lei Orgânica do Município e, conseqüentemente desrespeito ao art.2º da Constituição Federal. Daí decorre padecer o projeto de vício insanável, eis que a prerrogativa do chefe do Poder Executivo Municipal é indelegável e irrenunciável.

Além disso, o Código de Trânsito Brasileiro já cuida da sinalização de trânsito no capítulo VII, art. 80 a 90.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO -DSV

Folha nº 13
autuado em 30/09/2015 00:00:00
Processo nº 6081092
Washington O. Viana
100.812
21

De acordo com o art.12, XI e art.90, §2º, do CTB, cabe exclusivamente ao Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, editar normas complementares no que se refere à sinalização, bem como alterar os dispositivos de sinalização. Transcrevo, a seguir, as disposições específicas aplicáveis ao assunto tratado no projeto de lei em questão:

09
2003.0156443/0
P

"Art. 12. Compete ao CONTRAN:

XI – aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;"

"Art.90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização."

Assim, o CONTRAN, no uso de suas atribuições, estabeleceu a sinalização indicativa de fiscalização mediante a Resolução nº141, 03 de outubro de 2002, e no art.6 estabelece que:

Art.6º. A utilização de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico para fins de comprovação de infração por excesso de velocidade somente poderá ocorrer em vias dotadas de sinalização vertical de regulamentação de velocidade máxima permitida e, sempre

QUATRO
MIL
E OITOCENTOS
E NOventa

Assinatura do Autor

(Assinatura)

possíveis para o sistema, bem
como a presença de outros
dados dos sistemas e, mais ainda,

Assinatura do Autor

de acordo com o sistema técnico.

de acordo com o sistema de
dados e na Resolução 141/2002,
de acordo com o sistema técnico.

Assinatura do Autor
Assinatura do Autor
Assinatura do Autor

Assinatura do Autor
Assinatura do Autor
Assinatura do Autor

Assinatura do Autor



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO -DSV

Final nº 144
Autuado em 30/09/2015 00:00:00
Processo nº 608/2015-23
Washington O. Viana
Des. 100.812
ET 6266/15 DSV

que possível, de sinalização horizontal indicando, também,
a velocidade máxima permitida (grifo nosso).

É de se observar que o dispositivo supra mencionado, bem como nos ademais artigos da Resolução 141, não prevêem qualquer forma de identificação na cor amarela dos postes de sustentação dos radares e, menos ainda deve o legislador estabelecer

10
200 3.0.156.443-0
Prot. 0
Data de emissão 30/09/2015

características especiais de sinalização, pois se trata de assunto exclusivamente técnico.

Portanto, já existe legislação de trânsito do órgão competente prevista no Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução 141/2002, estabelecendo a sinalização indicativa de fiscalização dos equipamentos eletrônicos, diversa da pretendida no presente projeto de lei.

Por conseguinte, a matéria esta minudentemente regulamentada por quem de direito, sendo, ademais inconstitucional, de todo legítimo e inócuo o projeto de lei, em face de já se pautar o Município pelas regras nacionais em vigor.

Ademais, compete, aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no caso de São Paulo, o Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV, implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário (art.24, inciso III do CTB).

Marisa Monteiro Oliver
Assessora - SGM/ATI
OAB-SP 96742

24



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DSV

GER 6260-9 / DSV

Processo nº 608/02
 Washington O. Viana
 Reg. 100.812

Assim, diante do exposto e considerando, principalmente, a competência estabelecida no CTB, entendemos que impõe-se o veto ao projeto de lei em referência.

É o que tínhamos a ponderar.

À apreciação de V. Sa.

2003.0.156.443-0

ROBERTO ZANICHELLI CINTRA
 DSV - AJ

Marisa Monteiro Oliver
 Assessora - SGM/ATL
 OAB-SP 96742



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO -DSV

Folha nº 16 em 30/12/2015 00:00:00

Processo nº 608/02s. 25

Washington O. Viana

100.812

Folha de informação nº 90

SMT. GAB

Sr. Chefe de Gabinete

Encaminhamos o presente a V. Sa., com o posicionamento que acolho, da Assistência Jurídica deste Departamento, para ciência e prosseguimento.

São Paulo, 04 de dezembro de 2002.

DANIEL CANDIDO

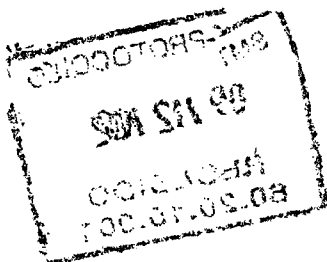
Diretor - DSV

Marisa Monteiro Oliver
Assessora - SGM/ATL
OAB-SP 96742

URGENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CAMPUS DE JACAREZINHO
13090-900

de 13/09/2015





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha nº 13
emitido em 30/09/2015 00:00:00
Processo nº 608/02 fls. 27
Washington O. Viana
100.812
URGENTE

Folha de informação nº 16

d. nº em 09/12/02 (a)

CARLOS EDUARDO BOAVENTURA
Ag. Administrativo - R.E. 630.697.1-01
SMT, 001

Do Memorando n.º 1884/2002-ATL III

Int.: SGM/ATL

Ass.: Referente Projeto de Lei n.º 608/02.

Inf. n.º 4000/02

13
203.0.156.443.0
Laudel

SGM/ATL

Sra. Assessora Chefe

Dra. June Alberici de Mello

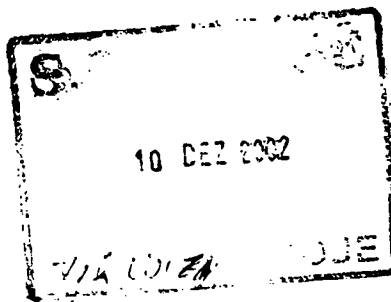
Restituímos o presente, com as informações prestadas pelo Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV, às fls. 04/08, que acolhemos.

06/12/02

Luiz Heitor de Freitas Pannuti
Luiz Heitor de Freitas Pannuti
Chefe de Gabinete
SMT

Merisa Monteiro Oliver
Merisa Monteiro Oliver
Assessora - SGM/ATL
OAB-SP 96742

TTK/ceb
gbc48



ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 08-01-2001 BY 60322 UCBAW/SJS

[illegible][illegible]

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific information required.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 08-14-2010 BY 60322 UCBAW/SJS/STP

[illegible][illegible][illegible][illegible]

1. BROOKLYN, N.Y. (UPI) - A group of about 100 people gathered in a park in Brooklyn, N.Y., on Sunday to protest the arrest of a black man, who was charged with the murder of a white woman.

RECEIVED
JAN 10 1964
U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
WASHINGTON, D.C.

[illegible]

CONFIDENTIAL

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a formal address, and it is the first of its kind since the signing of the Constitution. The President, James Buchanan, is addressing the Congress, and he is doing so in a very formal and dignified manner. He is discussing the state of the Union, and he is discussing the issues that are facing the country at that time. He is also discussing the role of the President, and he is discussing the responsibilities of the Congress. The letter is a very important document, and it is a very interesting one to read. It gives us a glimpse into the mind of a President, and it gives us a glimpse into the state of the country at that time. It is a document that is worth reading, and it is a document that is worth studying.

... ..
... ..
... ..

1. <u>NAME</u>	2. <u>DATE</u>
3. <u>LOCATION</u>	4. <u>TIME</u>
5. <u>WEATHER</u>	6. <u>MOON</u>
7. <u>WIND</u>	8. <u>SEA</u>
9. <u>WAVE</u>	10. <u>SWELL</u>
11. <u>WIND</u>	12. <u>SEA</u>
13. <u>WAVE</u>	14. <u>SWELL</u>
15. <u>WIND</u>	16. <u>SEA</u>
17. <u>WAVE</u>	18. <u>SWELL</u>
19. <u>WIND</u>	20. <u>SEA</u>
21. <u>WAVE</u>	22. <u>SWELL</u>
23. <u>WIND</u>	24. <u>SEA</u>
25. <u>WAVE</u>	26. <u>SWELL</u>
27. <u>WIND</u>	28. <u>SEA</u>
29. <u>WAVE</u>	30. <u>SWELL</u>
31. <u>WIND</u>	32. <u>SEA</u>
33. <u>WAVE</u>	34. <u>SWELL</u>
35. <u>WIND</u>	36. <u>SEA</u>
37. <u>WAVE</u>	38. <u>SWELL</u>
39. <u>WIND</u>	40. <u>SEA</u>
41. <u>WAVE</u>	42. <u>SWELL</u>
43. <u>WIND</u>	44. <u>SEA</u>
45. <u>WAVE</u>	46. <u>SWELL</u>
47. <u>WIND</u>	48. <u>SEA</u>
49. <u>WAVE</u>	50. <u>SWELL</u>
51. <u>WIND</u>	52. <u>SEA</u>
53. <u>WAVE</u>	54. <u>SWELL</u>
55. <u>WIND</u>	56. <u>SEA</u>
57. <u>WAVE</u>	58. <u>SWELL</u>
59. <u>WIND</u>	60. <u>SEA</u>
61. <u>WAVE</u>	62. <u>SWELL</u>
63. <u>WIND</u>	64. <u>SEA</u>
65. <u>WAVE</u>	66. <u>SWELL</u>
67. <u>WIND</u>	68. <u>SEA</u>
69. <u>WAVE</u>	70. <u>SWELL</u>
71. <u>WIND</u>	72. <u>SEA</u>
73. <u>WAVE</u>	74. <u>SWELL</u>
75. <u>WIND</u>	76. <u>SEA</u>
77. <u>WAVE</u>	78. <u>SWELL</u>
79. <u>WIND</u>	80. <u>SEA</u>
81. <u>WAVE</u>	82. <u>SWELL</u>
83. <u>WIND</u>	84. <u>SEA</u>
85. <u>WAVE</u>	86. <u>SWELL</u>
87. <u>WIND</u>	88. <u>SEA</u>
89. <u>WAVE</u>	90. <u>SWELL</u>
91. <u>WIND</u>	92. <u>SEA</u>
93. <u>WAVE</u>	94. <u>SWELL</u>
95. <u>WIND</u>	96. <u>SEA</u>
97. <u>WAVE</u>	98. <u>SWELL</u>
99. <u>WIND</u>	100. <u>SEA</u>
101. <u>WAVE</u>	102. <u>SWELL</u>
103. <u>WIND</u>	104. <u>SEA</u>
105. <u>WAVE</u>	106. <u>SWELL</u>
107. <u>WIND</u>	108. <u>SEA</u>
109. <u>WAVE</u>	110. <u>SWELL</u>
111. <u>WIND</u>	112. <u>SEA</u>
113. <u>WAVE</u>	114. <u>SWELL</u>
115. <u>WIND</u>	116. <u>SEA</u>
117. <u>WAVE</u>	118. <u>SWELL</u>
119. <u>WIND</u>	120. <u>SEA</u>
121. <u>WAVE</u>	122. <u>SWELL</u>
123. <u>WIND</u>	124. <u>SEA</u>
125. <u>WAVE</u>	126. <u>SWELL</u>
127. <u>WIND</u>	128. <u>SEA</u>
129. <u>WAVE</u>	130. <u>SWELL</u>
131. <u>WIND</u>	132. <u>SEA</u>
133. <u>WAVE</u>	134. <u>SWELL</u>
135. <u>WIND</u>	136. <u>SEA</u>
137. <u>WAVE</u>	138. <u>SWELL</u>
139. <u>WIND</u>	140. <u>SEA</u>
141. <u>WAVE</u>	142. <u>SWELL</u>
143. <u>WIND</u>	144. <u>SEA</u>
145. <u>WAVE</u>	146. <u>SWELL</u>
147. <u>WIND</u>	148. <u>SEA</u>
149. <u>WAVE</u>	150. <u>SWELL</u>
151. <u>WIND</u>	152. <u>SEA</u>
153. <u>WAVE</u>	154. <u>SWELL</u>
155. <u>WIND</u>	156. <u>SEA</u>
157. <u>WAVE</u>	158. <u>SWELL</u>
159. <u>WIND</u>	160. <u>SEA</u>
161. <u>WAVE</u>	162. <u>SWELL</u>
163. <u>WIND</u>	164. <u>SEA</u>
165. <u>WAVE</u>	166. <u>SWELL</u>
167. <u>WIND</u>	168. <u>SEA</u>
169. <u>WAVE</u>	170. <u>SWELL</u>
171. <u>WIND</u>	172. <u>SEA</u>
173. <u>WAVE</u>	174. <u>SWELL</u>
175. <u>WIND</u>	176. <u>SEA</u>
177. <u>WAVE</u>	178. <u>SWELL</u>
179. <u>WIND</u>	180. <u>SEA</u>
181. <u>WAVE</u>	182. <u>SWELL</u>
183. <u>WIND</u>	184. <u>SEA</u>
185. <u>WAVE</u>	186. <u>SWELL</u>
187. <u>WIND</u>	188. <u>SEA</u>
189. <u>WAVE</u>	190. <u>SWELL</u>
191. <u>WIND</u>	192. <u>SEA</u>
193. <u>WAVE</u>	194. <u>SWELL</u>
195. <u>WIND</u>	196. <u>SEA</u>
197. <u>WAVE</u>	198. <u>SWELL</u>
199. <u>WIND</u>	200. <u>SEA</u>
201. <u>WAVE</u>	202. <u>SWELL</u>
203. <u>WIND</u>	204. <u>SEA</u>
205. <u>WAVE</u>	206. <u>SWELL</u>
207. <u>WIND</u>	208. <u></u>

DATE	10/10/54
TIME	10:00 AM
LOCATION	1000 10th St NW, Washington, D.C.
REMARKS	1. The subject of this report is the results of the investigation conducted by the FBI on the matter of the alleged assassination of President John F. Kennedy. The investigation was conducted in accordance with the instructions of the Attorney General and the Director of the FBI.
REPORT MADE BY	SA [redacted]
REPORT MADE AT	Washington, D.C.
REPORT MADE ON	10/10/54
REPORT MADE FOR	1000 10th St NW, Washington, D.C.

1. The above information is being furnished to you for your information only. It is not to be used for any other purpose without the express written consent of the Bureau of the Census.

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÁNSITO
DELIBERAÇÃO Nº 34, DE 11 DE JULHO DE 2003

Depois sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade, de avanço de sinal vermelho e da parada sobre a faixa de pedestres de veículos automotores, rebocados e semi-rebocados, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÁNSITO - CONTRAN, ad referendum do Conselho Nacional de Trânsito, usando da competência que lhe confere o inciso I, do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, de o inciso IX, do art. 6º do Regulamento Interno do Conselho Nacional de Trânsito, e à vista do disposto no art. 2º do Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a reorganização do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, e considerando a proximidade do término do prazo estabelecido pela Deliberação nº 37, de 10 de abril de 2003, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, para o cumprimento das disposições constantes da Resolução nº 141, de 03 de outubro de 2002, considerando a importância de ser realizada a reunião do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em face da necessidade de atualização das legislações;

Considerando a necessidade do Fórum Consultivo do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, realizada em sua IV Reunião ocorrida em 08 e 09 de julho de 2003;

Considerando a necessidade de melhoria da circulação e segurança do trânsito e da segurança dos usuários da via;

Considerando a necessidade do CONTRAN regulamentar previamente a utilização de instrumento ou equipamento habilitado para o registro de infração;

Considerando a necessidade de definir o instrumento ou equipamento habilitado para medição de velocidade de veículos automotores, rebocados e semi-rebocados;

Considerando a urgência em padronizar os procedimentos referentes à fiscalização eletrônica de velocidade;

Considerando a necessidade de definir os requisitos básicos para atender às especificações técnicas para medição de velocidade de veículos automotores, rebocados e semi-rebocados;

Considerando uniformizar a utilização dos medidores de velocidade em todo o território nacional;

Considerando a necessidade de não haver interrupção da fiscalização por instrumento ou equipamento habilitado de avanço de sinal vermelho e de parada sobre a faixa de pedestres de veículos automotores, rebocados e semi-rebocados;

Considerando a importância de se estabelecer o critério de seleção dos medidores de velocidade;

Art. 1º - A medição de velocidade deve ser efetuada por meio de instrumento ou equipamento que registre ou indique a velocidade medida, com ou sem dispositivo registrador de imagem dos seguintes tipos:

I - Fixo: medidor de velocidade instalado em local definido e em caráter permanente; II - Estático: medidor de velocidade instalado em veículo parado ou em suporte apropriado;

III - Móvel: medidor de velocidade instalado em veículo em movimento, procedendo a medição ao longo da via;

IV - Portátil: medidor de velocidade direcionado manualmente para o veículo alvo.

§ 1º - O Medidor de Velocidade é o instrumento ou equipamento destinado à medição de velocidade de veículos automotores, rebocados e semi-rebocados.

§ 2º - O instrumento ou equipamento medidor de velocidade destinado a dispositivo registrador de imagem deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo:

- 1 - Registro;
- 2 - Placa do veículo;
- 3 - Velocidade medida do veículo em km/h;
- 4 - Data e hora da infração;
- 5 - Contar;
- 6 - Local de infração identificado de forma descritiva ou codificada;

c) Identificação do instrumento ou equipamento utilizado mediante numeração estabelecida pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

§ 3º - A autoridade de trânsito deve dar publicidade à relação de códigos de que trata a alínea "c" e à numeração de que trata a alínea "d", ambas do inciso II do parágrafo anterior.

Art. 2º - O instrumento ou equipamento medidor de velocidade de veículos deve observar os seguintes requisitos:

I - ter seu modelo aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, atendendo à legislação metroológica em vigor e aos requisitos estabelecidos nesta Deliberação;

II - ser aprovado na verificação metroológica realizada pelo

INMETRO ou por entidade por ele delegada.

III - ser verificado pelo INMETRO ou entidade por ele delegada, obrigatoriamente com periodicidade máxima de 12 (doze) meses e, eventualmente, conforme determinação a legislação metroológica em vigor;

Art. 3º - Cabe à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via a localização e a instalação de instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade.

§ 1º - Não é obrigatória a presença da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, no local de infração, quando utilizado o medidor de velocidade fixo ou estático com dispositivo registrador de imagem que atenda aos termos do § 2º do art. 1º desta Deliberação.

§ 2º - A utilização de instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade em trechos da via com velocidades inferiores às regulamentadas no trecho anterior, deve ser precedida de estudos técnicos, nos termos do modelo constante do Anexo I desta Deliberação.

Art. 4º - Os estudos referidos no parágrafo 2º devem ser elaborados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, pelo Conselho das Juntas Administrativas de Infrações de Trânsito - JAIT, do respectivo órgão ou entidade e devem estar disponíveis ao público na sede do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, devendo ser revisados toda vez que ocorrerem alterações nas suas variáveis.

Art. 5º - A notificação da anulação/penalidade deve conter, além do disposto no CTB e na legislação complementar, a velocidade medida pelo instrumento ou equipamento medidor de velocidade, a velocidade considerada para efeito da aplicação da penalidade, e a velocidade regulamentada para a via, todas expressas em km/h.

§ 1º - A velocidade considerada para efeito de aplicação de penalidade é a diferença entre a velocidade medida e o valor em que se encontra o limite máximo permitido, todos expressos em km/h.

§ 2º - O erro máximo admissível deve respeitar a legislação metroológica em vigor.

§ 3º - Fica estabelecida a tabela de valores referenciados de velocidade constante do Anexo II desta Deliberação, para fins de anulação/penalidade por infração no art. 218 do CTB.

Art. 5º - A fiscalização de velocidade deve ocorrer em vias com sinalização de regulamentação de velocidade máxima permitida (placa R-19), observados os critérios da engenharia de trânsito, de forma a garantir a segurança viária e informar aos condutores dos veículos a velocidade máxima permitida para o local.

§ 1º - A velocidade máxima permitida deve ser indicada no tipo móvel (4) pode ocorrer em vias locais e vias urbanas de trânsito rápido, sinalizadas com a placa de regulamentação R-19 conforme legislação em vigor e onde não ocorrer variação de velocidade em trechos notáveis que 5 (cinco) km.

§ 2º - Para a fiscalização de velocidade com medidor de tipo fixo, estático ou portátil deve ser observada, entre a placa de regulamentação de velocidade máxima permitida e o medidor, uma distância compreendida no intervalo estabelecido na tabela constante do Anexo III desta Deliberação, facilitada a repetição da mesma a distâncias menores.

§ 3º - Para a fiscalização de velocidade em vias em que ocorre o acesso de veículos por outra via ou pista que impossibilite ao trecho completo o acesso e o retorno, o comprimento do trecho disposto no § 2º deve ser reduzido para o valor estabelecido no Anexo IV.

§ 4º - Não é obrigatória a utilização de sinalização vertical de indicação educativa prevista no Anexo II do CTB.

Art. 6º - Os instrumentos ou equipamentos habilitados para a comprovação de infração de avanço de sinal vermelho e de parada de veículo sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso devem obedecer à legislação metroológica em vigor.

Parágrafo Único - Não é obrigatória a utilização de sinalização vertical de indicação educativa prevista no Anexo II do CTB.

Art. 7º - Ficam convalidadas todas as penalidades impostas por infrações decorrentes por instrumentos ou equipamentos, aplicadas até a entrada em vigor desta Deliberação.

Art. 8º - A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Deliberação,

Art. 9º - Os órgãos e entidades de trânsito com circunscrição sobre a via têm prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação desta Deliberação para elaborar e disponibilizar os estudos técnicos previstos no Anexo I, para os instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade anteriormente instalados.

Art. 10 - Fica revogada a Resolução nº 141/2002.

Art. 11 - Esta Deliberação entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALTON BRASILENSE PRES

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO
INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTOS OU EQUIPAMENTOS
COM REDUÇÃO DE VELOCIDADE EM TRECHOS DE VIAS

COM REDUÇÃO DE VELOCIDADE

(referido no § 2º do Art. 3º)

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO:

Controlador Eletrônico de Velocidade

LOCALIZAÇÃO

Local de instalação:

Faixa(s) de trânsito (circunferência) finalizadas (numeração da esquerda para direita)

EQUIPAMENTO

Identificação:

Velocidade da via expressa em km/h	Art. 218. Transferir em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento habilitado:	Art. 218. Transferir em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento habilitado:
30	I - em rodovias, vias de trânsito rápido e vias arteriais; II - quando a velocidade for superior à máxima em mais de 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido;	I - em rodovias, vias de trânsito rápido e vias arteriais; II - quando a velocidade for superior à máxima em mais de 50% (cinquenta por cento) do limite estabelecido;
40	Anulação para velocidade de infração maior que 37 km/h e menor ou igual a 43 km/h	Anulação para velocidade de infração maior que 37 km/h e menor ou igual a 43 km/h
	Anulação para velocidade de infração maior que 47 km/h e menor ou igual a 55 km/h	Anulação para velocidade de infração maior que 47 km/h e menor ou igual a 55 km/h

Marissa Monteiro Oliver
Assessoria - SGM/ATL
OAB-SP 96742



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha nº 18
autuado em 30/06/2015 00:00:00
Processo nº 608/02 fls. 31
Washington O. Viana
RG: 100.812

Folha de informação nº 18

d.e. PA nº 2003-0.156.443-0

em 27/07/2003 (a) Denise Gleice Gonçalves
R.F. 729.548.1.00
A.T.A. - DSV.AJ

DSV.G
Sr. Diretor

Ref. Processo nº 2003-0.156.443-0

1- Trata-se de solicitação para esclarecimentos das questões de fl.4 da Comissão de Finanças e Orçamento.

2- Considerando o prazo em curso, reporto-me à manifestação da Assistência Jurídica deste Departamento constante às fls. 8/11, informando que os requisitos para fiscalização da velocidade antes disciplinada pela Resolução do Contran nº 141/02, atualmente são tratadas na Deliberação Contran nº 38/03 (cópia anexa), que também não prevê a pintura de postes de afixação de radares.

3- Ressalto ainda o contido no art. 80 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB que veda a utilização de qualquer outra sinalização que não seja a prevista no CTB e em legislação complementar, nestes termos:

“Art.80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.”

4- Proponho o encaminhamento deste processo às áreas técnicas competentes para esclarecer as questões específicas sobre custo e viabilidade técnica, alertando para o prazo de retorno a SGM de até 22.07.

São Paulo, 17 de julho de 2003

Leni Maria Juocys
DSV.AJ

Marisa Monteiro Olive
Assessora – SGM/ATL
OAB-SP 96742



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SMT/DSV.G Departamento de Operação do Sistema Viário

Folha nº 20
emitido em 30/06/2015 00:00:00
Processo nº 608/02 fls. 32
Washington O. Viana
Reg. 100.912

Folha de informação nº 19

do Processo n.º 2003-0.156.443-0, da **Secretaria do Governo Municipal**
em 17/07/03.

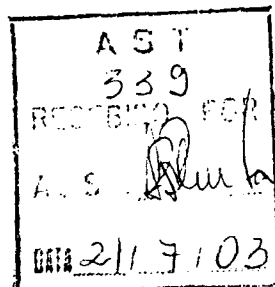
Rita C.M. Nunes
Ass. Adm. Reg. 9312-2

CET/AST – Sr. Assessor

Encaminhamos o presente para que sejam respondidas as questões constantes às fls. 04 e solicitamos seu posterior envio diretamente para a SMT – Chefia de Gabinete, considerando o prazo de retorno para SGM/ATL até o dia 22, conforme fls. 14.

DSV/GAB., em 17/07/03.

Valdir Cardoso Neves
Diretor do DSV



Marisa Monteiro Oliver
Assessora – SGM/ATL
OAB-SP 96742

Papel para informação rubricado como folha Nº 20 do

Processo Nº 2003-0.156.443-0 /

22/07/03
Data

Assinatura de OLIVEIRA
RITA DE CASSIA
SEC. SÉNIOR - REG. CET 1974-7

Assunto: PL.0608/2002 - Vereador Goulart

"Dispõe sobre obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela".

SSI

Atualmente temos implantados em nosso município 360 colunas de ferro galvanizadas à fogo de 05 metros de comprimento, com diâmetro de 10 centímetros.

Face ao exposto, solicito o quanto custaria a pintura das referidas colunas na cor amarela, com a tinta adequada.

Finalizando solicito que, em função dos prazos, seja encaminhada diretamente para a SMT. Chefia de Gabinete.

MAURICIO REGIO

Assessoria de Segurança de Trânsito

MR/RCAO
AST-22/07/2003
Texto 12

22 JUL 2003
Hora: 11:12
Recebido por: Tatiane

Marisa Monteiro Oliver
Assessora - SGM/ATL
OAB-SP 96742

em

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

em 30/09/2015 00:00:00.

SMT – Sr. Chefe de Gabinete

Em atenção a solicitação, informamos :

Folha nº 22 do
Processo nº 608/02
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Processo 2003.0.156.443-0
25/07/03
Rafaela Ribeiro
Reg. 14156

A) Procedimento necessário para pintura de colunas galvanizadas de 5 metros de comprimento e 0,10 metros de diâmetro, com 1 metro enterrado.

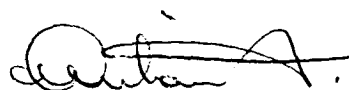
1. Limpeza da superfície com solvente, seguindo as recomendações da norma ABNT – NBR 7145.
2. Aplicação de uma demão de "Wash Primer" com 10 micras de espessura. Especificação Técnica CET – ET-SV-20.
3. Aplicação de duas demãos de tinta de acabamento alquídica semi-brilho na cor amarela, com espessura total de 50 micras. Especificação Técnica – CET – ET-SV-19.

B) Cálculo do custo estimado

1. Custo "Wash Primer"
 - quantidade necessária = 0,25 L por coluna
 - Custo = R\$ 3,35
2. Custo Esmalte sintético
 - Quantidade necessária = 0,16 L por coluna
 - Custo = R\$ 1,35
3. Custo solvente
 - Quantidade necessária = 0,13 L por coluna
 - Custo = R\$ 1,40
4. Custo mão de obra por coluna
 - R\$ 20,90
5. Custo total por coluna
 - R\$ 27,00

Obs.: Custos obtidos através de pesquisa de mercado, por telefone, em empresas fornecedoras.

SSI – 25/07/03


p/ RONALDO SOUZA CAMARGO
Superintendente
SSI
ENG.º MARCIO ANTONIO ANSELMO
Superintendência de Sinalização


Marisa Monteiro Oliver
Assessora – SGM/ATL
QAB-SP 96742



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha nº 22
data de emissão 30/07/2015 00:00:00

Processo nº 608/02. 37
Washington O. Viana
Rég. 100.812

Folha de informação nº 22

d. nº em 31/07/03 (a)

CARLOS EDUARDO BOAVENTURA
Ag. Administrativa - R.E. 830.597.1.00
SMT, 001

Do Processo nº 2003-0.156.443-0

Int.: SGM.ATL

Ass.: Projeto de Lei 608/02 – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela”

Inf. 3133/03

SGM.ATL

Sra. Assessora Chefe

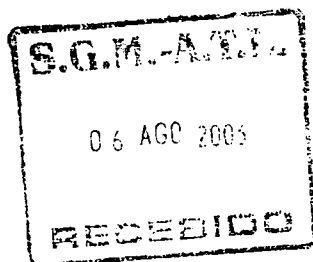
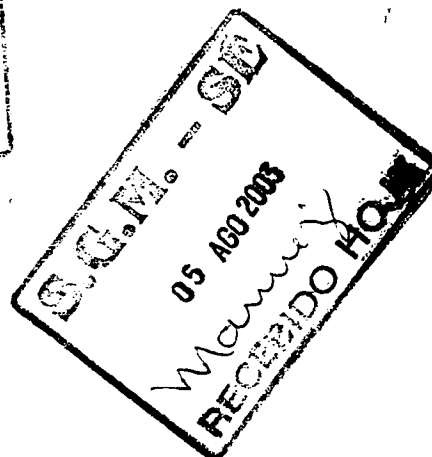
Dra. June A. de Mello

Restituímos o presente, com as informações prestadas pelo Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV, às fls. 18/19 e pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, às fls. 20 e 21.

30/07/03


Dernal Santos
Chefe de Gabinete
SMT

TTK/ceb
gbc35




Marisa Monteiro Oliver
Assessora – SGM/ATL
OAB-SP 96742

[Handwritten signature]

Segue _____ juntado _____ nesta data
Documento _____ e papel de informação
Rubricado _____ sob folha _____ nº 24
Em 21/10/10 <i>[Signature]</i>

IDENTIFICAÇÃO / ASSINATURA



PARECE

16 - PAR
16-1460/2003

PROJETO DE LEI Nº 608/2002

PUBLIQUE-SE EM

08 / 10 / 03

fls. 39

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

Processo nº 608/02
Elaine Gonçalves Gavioli

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Goulart, visa dispor sobre obrigatoriedade de identificação dos postes de radares controladores de velocidade com a cor amarela.

Solicitadas informações ao Executivo, responderam os órgãos técnicos que o custo total de pintura por coluna é de R\$ 27,00, significando R\$ 9.720,00 de custo total para a pintura das 360 colunas existentes.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 08.10.03.

Presidente -

Relator -

17 - RELCOM
17-2381/2003

Protocolo no DIÁRIO OFICIAL
de 18 out 11/03
pagina 128 coluna 3ª
Conferido: *[assinatura]*

A. A. T. M.
Em, 24/10/03

[assinatura]
ELAINE GONÇALVES GAVIOLI
Secretaria

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 23
Em 05/03/05
Ass: *[assinatura]*

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 25
do processo n.º 01-608 de 2002 05/01/05 (a) 1

Assistente Parlamentar
RF. 100.453

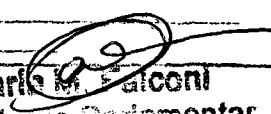
À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Solicito arquivar o presente processo de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

05 / 01 / 2005

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) a folha de
informação nº 26 a 28
Em 28 / 02 / 05
Ass: _____

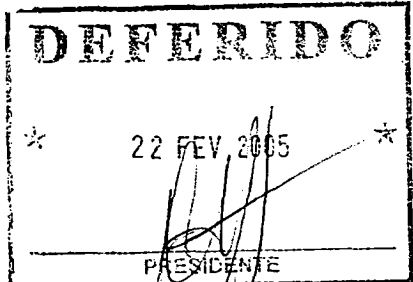

Carlos M. Falconi
Assistente Parlamentar

Folha nº 26 do proc.
nº 01.608 de 20.02

C. A. D. Falconi
Secretaria de Administração



Câmara Municipal de São Paulo



REQUERIMENTO Nº 13 - RDS
13- 0054/2005

Requeiro o desarquivamento de
proposituras de autoria do
Vereador Antonio Goulart.

Requeiro à Douta Mesa, na forma regimental com base
no disposto no parágrafo 2º do artigo 275 do Regimento Interno da
Câmara Municipal de São Paulo, o desarquivamento das seguintes
proposituras relacionadas do Vereador Antonio Goulart.

Segue relação em anexo.

Sala das Sessões,

Vereador Milton Leite
Líder da Bancada do PMDB

Projetos de Lei do Vereador Goulart

14ª Legislatura

- 01-0554/2004 Contratação de serviços de controle de pragas
- 01-0553/2004 BROOKLINFEST
- 01-0552/2004 Identificação nos uniformes escolares
- 01-0391/2004 Institui "Dia do Jardim Guanembu"
- 01-0271/2004 Institui "Dia do Bairro de Colônia"
- 01-0201/2004 Proíbe tabagismo nos lugares que especifica (altera a lei Nº 9.120)
- 01-0181/2004 Redução de valor dos ingressos cobrados em eventos esportivos
- 01-0166/2004 Proíbe cenas de violência e sexo em "trailers"
- 01-0119/2004 Institui "Dia do Jipe"
- 01-0090/2004 Cria opção de data para pagamento do IPTU
- 01-0059/2004 Alvará de estacionamento de táxi
- 01-0824/2003 Alienação de áreas públicas a clubes e agremiações esportivas
- 01-0823/2003 Autoriza fechamento de vilas e ruas sem saída
- 01-0822/2003 Proíbe rebaixamento de lençol freático
- 01-0703/2003 Prévia autorização manifestações artísticas vias públicas
- 01-0702/2003 Atendimento dos clientes no interior dos imóveis
- 01-0701/2003 Restrição ao trânsito de veículos de auto-escola
- 01-0669/2003 Privacidade aos usuários do serviço de correio eletrônico
- 01-0645/2003 Privacidade aos usuários do serviço de telefonia
- 01-0423/2003 Quadro de Profissionais da Educação
- 01-0408/2003 Semana e Festival da Gastronomia
- 01-0394/2003 Valet Service (Substitutivo ao PL do vereador William Woo)
- 01-0351/2003 Contribuição para custeio da iluminação pública
- 01-0344/2003 Anúncios na paisagem do Município
- 01-0342/2003 Proíbe atendimento eletrônico em órgãos públicos
- 01-0341/2003 Inclui livro em cesta básica
- 01-0340/2003 Normas para alteração da denominação de logradouros
- 01-0329/2003 Serviço de Orientação do Empreendedor - SORE
- 01-0311/2003 Cobrança de Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE
- 01-0233/2003 Institui "Dia do Torcedor Corinthiano"
- 01-0183/2003 Denomina Padre Aldo da Tofoi
- 01-0133/2003 Alteração de denominação da Av. Robert Kennedy
- 01-0085/2003 Obriga bancos a manterem guarda-volumes
- 01-0049/2003 Denomina CEU Dr. Adib Salomão
- 01-0048/2003 Disciplina o fechamento de conjuntos residenciais
- 01-0744/2002 Áreas municipais cedidas aos CDM's
- 01-0630/2002 Regularização de assentamentos em áreas de mananciais
- 01-0609/2002 Casa da Cultura Sertaneja
- 01-0608/2002 Postes de radar na cor amarela
- 01-0513/2002 Rua Honduras (Z1-012 para Z8-CR1)
- 01-0317/2002 Recursos públicos GP Fórmula 1
- 01-0271/2002 Centro Cultural São Paulo
- 01-0266/2002 Proteção nas janelas em hospitais
- 01-0254/2002 Padronização da sinalização turística
- 01-0228/2002 Proíbe produtos inadequados em cantinas
- 01-0028/2002 Implantação de Biblioteca e Casa de Cultura

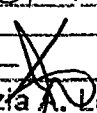
Projetos de Lei do Vereador Goulart

14ª Legislatura

Carla M. Goulart
Assistente Parlamentar

- 01-0027/2002 Proíbe contrato com ex-servidor público
- 01-0007/2002 Isenção de IPTU para pensionistas e benefícios
- 01-0722/2001 Ônibus Intermunicipais – Normas no município de São Paulo
- 01-0650/2001 Pintura nas faixas de rolamentos c/ limites de velocidade
- 01-0552/2001 Equipamentos urbanos em vias públicas
- 01-0498/2001 Diagnóstico de audição em neonatos
- 01-0472/2001 SABESP – Hidrômetros
- 01-0342/2001 Curso de informações turísticas aos taxistas
- 01-0181/2001 Postes nos passeios públicos
- 01-0096/2001 Proíbe construção de hipermercados
- 01-0073/2001 Tratamento e assepsia da areia
- 01-0072/2001 Alimentos transgênicos
- 01-0424/2000 Auxílio a servidores de ensino
- 01-0402/2000 Anúncios na paisagem urbana
- 01-0307/2000 Sons urbanos
- 01-0276/2000 Passe livre para representantes de SAB's
- 01-0227/2000 TLF e TFA aplicáveis à feiras, exposições, convenções
- 01-0211/2000 Instalação de bancas de jornal
- 01-0181/2000 Bolsa para servidores municipais
- 01-0171/2000 Isenção de tarifa para escoteiros
- 01-0079/2000 Regulariza atividade de jornalista
- 01-0521/1999 Coleta seletiva por entidades filantrópicas
- 01-0519/1999 Lixeira em transportes coletivos
- 01-0478/1999 Cobrança em estacionamentos particulares
- 01-0420/1999 Utilidade pública TELEFUNKEN
- 01-0271/1999 Museu do Futebol
- 01-0072/1999 Lavatório em praças de alimentação
- 01-0748/1998 Penalidades por comércio de CD's fraudulentos
- 01-0398/1998 Combustíveis
- 01-0392/1998 Arborização em logradouros públicos
- 01-0256/1998 Instalação de ambulatórios em terminais rodoviários
- 01-0178/1998 Alvarás de aprovação de edificações
- 01-0973/1997 Zona de uso – Z8100/4 Habitação de interesse social
- 01-0786/1997 Arborização
- 01-0753/1997 Lama e óleo
- 01-0665/1997 Lixo consultório dentário
- 01-0113/1997 Coleta seletiva lixo industrial
- 01-0087/1997 Recolhe Imposto Sobre Serviço - ISS
- 01-0041/1997 Destino de óleos lubrificantes
- 01-0025/1997 Amianto

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 29
Em 05/01/2009
Ass: _____


Luzia A. Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
RF 10.731 SGP-21



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 29
do processo n.º 01 - 608 de 2002 05/01/2009 (a) _____

Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário

À SGP-2
Sra. Secretária

Nos termos do art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura), o presente processo preenche os requisitos para arquivamento.

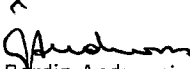
05/01/2009


Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

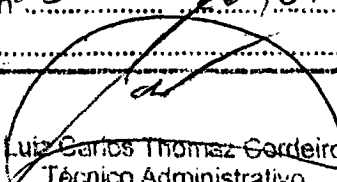
À SGP - 33
Sra. Supervisora,

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

05/01/2009


Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº e folha de informação
sob nº 30 26/01/09


Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
Técnico Administrativo
RF 11060



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 30
do processo **01-608** de **2002** 26/01/2009

Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
RF 11060

Obs.: Ausência de identificação e assinatura na juntada na
folha 5V e 23V. Conforme Ato 740/2001, o processo deverá ser
regularizado.

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 30 fls.
Arquivado em **26/01/2009**
O Funcionário

Luiz Carlos Thomaz Cordeiro
RF 11060

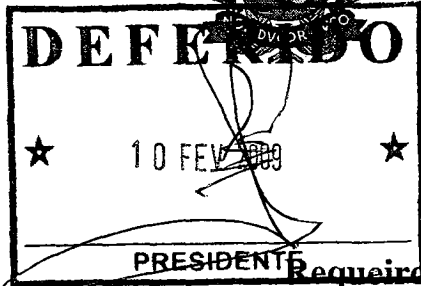
Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 31-33 e folha de informação
sob nº 34 18/02/09
Lucas MM76/09

LUCAS MANUEL M. T. ALVES SOTO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
RF. 11.234

LUCAS MANUEL M. T. ALVES SOTO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
RF. 11.234



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

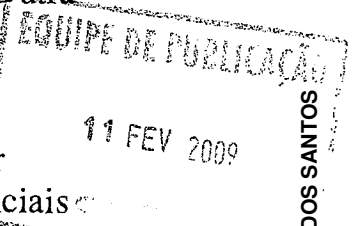
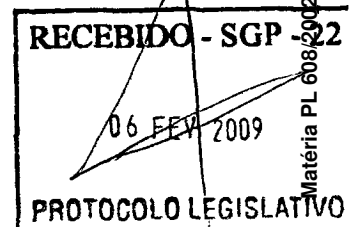


13 - RDS
13- 00059/2009

REQUERIMENTO Nº /09

à Douta Mesa, na forma regimental, o desarquivamento das proposituras abaixo relacionadas, de autoria do nobre Vereador ANTONIO GOULART, por haver interesse no prosseguimento das mesmas.

- 01-0824/2003 Alienação de áreas públicas a clubes e agremiações esportivas
- 01-0823/2003 Autoriza fechamento de vilas e ruas sem saída
- 01-0822/2003 Proibição de rebaixamento de lençol freático
- 01-0702/2003 Atendimento dos clientes no interior do imóvel (veto total)
- 01-0701/2003 Programa de restrição ao trânsito de veículos automotores
- 01-0669/2003 Direito de privacidade aos usuários do serviço de correio eletrônico
- 01-0645/2003 Privacidade aos usuários do serviço de telefonia
- 01-0423/2003 Quadro de Profissionais da Educação
- 01-0351/2003 Contribuição para custeio da iluminação pública – altera a Lei 13.479
- 01-0344/2003 Anúncios na paisagem do Município (veto total)
- 01-0342/2003 Proíbe atendimento telefônico, nos órgãos públicos por centrais automáticas
- 01-0341/2003 Inclui um exemplar de livro nas cesta básica distribuída no Município de S. Paulo
- 01-0340/2003 Normas para alteração da denominação de logradouros
- 01-0329/2003 Serviço de Orientação do Empreendedor - SORE
- 01-0311/2003 Cobrança de Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE
- 01-0133/2003 Alteração de denominação da Av. Robert Kennedy (veto total)
- 01-0049/2003 Denomina CEU Dr. Adib Salomão, o CEU Cidade Dutra
- 01-0048/2003 Fechamento dos Conjuntos Residenciais
- 01-0744/2002 Áreas municipais cedidas aos CDM's
- 01-0704/2002 Encontro dos Motociclistas na Praça Charles Müller
- 01-0630/2002 Regularização de assentamentos em áreas de mananciais
- 01-0609/2002 Casa da Cultura Sertaneja (veto Total)
- 01-0608/2002 Obrigatoriedade de identificação dos postes de radar na cor amarela
- 01-0513/2002 Rua Honduras (Z1-012 para Z8-CR1)
- 01-0317/2002 Veda a destinação de Recursos públicos para realização do GP Fórmula
- 01-0271/2002 Dispõe sobre a denominação do Centro Cultural São Paulo (revoga a Lei 13.301/02)



DÁNILO MIRANDA DOS SANTOS
Materia PL 608/2002



LUCAS MANUEL M. T. ALVES SOTO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
RF. 11.234

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 01-0266/2002 Dispõe sobre proteção das janelas em hospitais
01-0254/2002 Padronização de sinalização turística
01-0028/2002 Implantação de Biblioteca e Casa de Cultura em cada SubPrefeitura
01-0027/2002 Proíbe órgãos públicos firmar contrato com ex-funcionários demitido ou afastado por processo administrativo
- 01-0722/2001 Ônibus Intermunicipais – Normas no município de São Paulo
01-0650/2001 Pintura nas faixas de rolamentos c/ limites de velocidade
01-0552/2001 Permissão de uso e implantação de equipamentos urbanos em vias públicas
01-0498/2001 Diagnóstico de audição em neonatos (Aprovado / Vetado)
01-0472/2001 Dispõe sobre a instalação de equipamentos eliminador de ar Hidrômetros
01-0342/2001 Curso de informações turísticas aos taxistas
01-0181/2001 Disciplina a introdução de postes nos passeios públicos
01-0096/2001 Proíbe construção de novos hipermercados
01-0073/2001 Tratamento e assepsia da areia
01-0072/2001 Proíbe a utilização de alimentos transgênicos
- 01-0424/2000 Cria o auxílio por serviços externos a servidores da rede municipal de ensino
01-0307/2000 Dispõe sobre sons urbanos
01-0276/2000 Passe livre para representantes de SAB's
01-0227/2000 Taxa de fiscalização de localização, instalação e funcionamento
01-0211/2000 Instalação de bancas de jornais (**substitutivo**)
01-0181/2000 Bolsa de estudo para servidores municipais
01-0171/2000 Isenção de tarifa para escoteiros
01-0079/2000 Concede prazo para regularização da atividade de jornaleiro
- 01-0521/1999 Coleta seletiva de lixo
01-0519/1999 Lixeira em transportes coletivos
01-0478/1999 Cobrança em estacionamentos particulares
01-0420/1999 Declara de Utilidade Pública o imóvel que especifica (TELEFUNKEN)
01-0072/1999 Obrigatoriedade da existência de Lavatório em praças de alimentação
- 01-0748/1998 Penalidades para estabelecimentos comerciais ambulantes que comercializam CD's fraudulentos



atuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 33 do processo
nº 01-0608 de 2002
Lucas M. T. Alves Soto

LUCAS MANUEL M. T. ALVES SOTO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
RE. 11.234

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 01-0398/1998 Sistematiza e consolida as normas concernentes aos postos de combustíveis
- 01-0392/1998 Sistematiza e consolida a legislação de arborização em logradouros públicos
- 01-0256/1998 Fornecimento pela Rede Municipal Pública da Saúde, de medicamentos de uso contínuo
- 01-0178/1998 Requisitos para obtenção dos alvarás de aprovação de edificações
- 01-0973/1997 Zona de uso – Z8100/4
- 01-0786/1997 Estímulo à arborização
- 01-0753/1997 Instalação de caixas captadoras de lama e óleo nos estabelecimentos
- 01-0665/1997 Disciplina o acondicionamento e recolhimento do lixo dos consultórios dentários
- 01-0113/1997 Coleta seletiva do lixo industrial, comercial e residencial
- 01-0025/1997 Proibi a comercialização do Amianto no Município de S.Paulo
- 01-0024/1997 Proibição de uso e comercialização do Cerol

Sala das Sessões,

JOOJI HATO

Líder da Bancada do PMDB



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº ³⁴

do processo nº ⁰¹⁻⁰⁶⁰⁸ de 200², ¹⁸, ⁰², ²⁰⁰⁹

(a) ^{Lucas Manuel M. T. Alves Soto}

LUCAS MANUEL M. T. ALVES SOTO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
RF. 11.234

À SGP.33 – Sra. Supervisora:

Solicito o desarquivamento do processo assinalado no requerimento retro para volta à tramitação.

.....¹⁶/⁰²...../2009

^{Angela Bordin Andreoni}
Ângela Bordin Andreoni

Secretária de Apoio Legislativo
SGP. 2

À SGP.2 - Senhora Secretária,

Conforme solicitado pelo RDS Nº 13 – ⁵⁹...../2009, segue o presente expediente, para volta à tramitação.

Atenciosamente

SGP.33 em, ¹⁸ de ^{fevereiro} de 200⁹..

^{Viviane Ferreira Pó}
Viviane Ferreira Pó
Supervisora Arquivo Geral
SGP.33

^{APJ}

Ao Setor de Pesquisa e Assessoria de
Análise Prévia das Proposituras.

18 MAR. 2009

Angela Bordin Andreoni
ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ACESSORIA DE ANÁLISE PRÉVIA DAS PROPOSITURAS

EM 18/03/09 ÀS 17:40 hs
POR *[assinatura]*

SAÍDA: _____ ÀS _____ h ASS: _____

Sr(a). *Alessandra*
Efetuar pesquisa.
SP. 13, 05 / 2009

[assinatura]
Angela Duarte Alvares
Procuradora Legislativa Supervisora
Setor de Pesquisa e Apoio Técnico de Análise Prévia
CAB/SP nº 112.834

Pesquisa efetuada.
SP 14/05/09

[assinatura]
Alessandra Labaki
Técnico P
RF 11.135

16/04/10 35 43
[assinatura]



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 0608/02

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal n º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Resolução do CONTRAN nº 146, de 27 de agosto de 2003, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semi-reboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

Cópias da Lei e da Resolução acima indicados acompanham a presente informação

À SGP.21, para prosseguimento.

São Paulo, 16 de abril de 2010.


Adela Duarte Alvarez

Procuradora Supervisora do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 118.854

608/02

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Mensagem de veto

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Vide texto compilado

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública e as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.

32
608 / 02

CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Seção I Disposições Gerais

Art. 5º O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Art. 6º São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Seção II Da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - a Polícia Rodoviária Federal;

VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e

VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscriçionais de suas atuações.

Art. 9º O Presidente da República designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará vinculado o CONTRAN e subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.

CAPÍTULO VII DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

§ 2º O CONTRAN poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista neste Código.

Art. 81. Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.

Art. 82. É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

Art. 83. A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 84. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

Art. 86. Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo CONTRAN.

Art. 87. Os sinais de trânsito classificam-se em:

I - verticais;

II - horizontais;

III - dispositivos de sinalização auxiliar;

IV - luminosos;

V - sonoros;

VI - gestos do agente de trânsito e do condutor.

Art. 88. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

Parágrafo único. Nas vias ou trechos de vias em obras deverá ser afixada sinalização específica e adequada.

Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência:

I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais;

II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais;

III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

§ 2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização.

CAPÍTULO VIII DA ENGENHARIA DE TRÁFEGO, DA OPERAÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO

Art. 91. O CONTRAN estabelecerá as normas e regulamentos a serem adotados em todo o território nacional quando da implementação das soluções adotadas pela Engenharia de Tráfego, assim como padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 92. (VETADO)

Art. 93. Nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em pólo atrativo de trânsito poderá ser aprovado sem prévia anuência do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e sem que do projeto conste área para estacionamento e indicação das vias de acesso adequadas.

Art. 94. Qualquer obstáculo à livre circulação e à segurança de veículos e pedestres, tanto na via quanto na calçada, caso não possa ser retirado, deve ser devida e imediatamente sinalizado.

Parágrafo único. É proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade, salvo em casos especiais definidos pelo órgão ou entidade competente, nos padrões e critérios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 95. Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

§ 1º A obrigação de sinalizar é do responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento.

§ 2º Salvo em casos de emergência, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via avisará a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando-se os caminhos alternativos a serem utilizados.

DOS VEÍCULOS

40
603 fls 61
C. 10.000

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 27 DE AGOSTO DE 2003
(com as alterações das Resoluções nº 165/04, nº 202/06 e nº 214/06)

Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semi-reboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

O Conselho Nacional de Trânsito, usando da competência que lhe confere o inciso I, do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e à vista do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, e

Considerando a necessidade de melhoria da circulação e educação do trânsito e da segurança dos usuários da via;

Considerando a disposição do § 2º do art. 280 do CTB que determina a necessidade do CONTRAN regulamentar previamente a utilização de instrumento ou equipamento hábil para o registro de infração;

Considerando a necessidade de definir o instrumento ou equipamento hábil para medição de velocidade de veículos automotores, reboques e semi-reboques;

Considerando a urgência em padronizar os procedimentos referentes à fiscalização eletrônica de velocidade;

Considerando a necessidade de definir os requisitos básicos para atender às especificações técnicas para medição de velocidade de veículos automotores, reboques e semi-reboques;

Considerando uniformizar a utilização dos medidores de velocidade em todo o território nacional;

Considerando a necessidade de não haver interrupção da fiscalização por instrumento ou equipamento hábil de avanço de sinal vermelho e de parada de veículo sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso de veículos automotores, reboques e semi-reboques, sob pena de um aumento significativo da ocorrência de elevação dos atuais números de mortos e feridos em acidentes de trânsito;

Resolve:

Referendar a Deliberação nº 37, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2003, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

Referendar a Deliberação nº 38, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2003, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A medição de velocidade deve ser efetuada por meio de instrumento ou equipamento que registre ou indique a velocidade medida, com ou sem dispositivo registrador de imagem dos seguintes tipos:

I - Fixo: medidor de velocidade instalado em local definido e em caráter permanente;

II - Estático: medidor de velocidade instalado em veículo parado ou em suporte apropriado;

III - Móvel: medidor de velocidade instalado em veículo em movimento, procedendo a medição ao longo da via;

IV - Portátil: medidor de velocidade direcionado manualmente para o veículo alvo.

§ 1º O Medidor de Velocidade é o instrumento ou equipamento destinado à medição de velocidade de veículos automotores, reboques e semi - reboques.

§ 2º O instrumento ou equipamento medidor de velocidade dotado de dispositivo registrador de imagem deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo:

I – Registrar:

- a) Placa do veículo;
- b) Velocidade medida do veículo em km/h;
- c) Data e hora da infração;

II – Conter:

- a) Velocidade regulamentada para o local da via em km/h;
- b) Local da infração identificado de forma descritiva ou codificado;
- c) Identificação do instrumento ou equipamento utilizado, mediante numeração estabelecida pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

§ 3º A autoridade de trânsito deve dar publicidade à relação de códigos de que trata a alínea “b” e à numeração de que trata a alínea “c”, ambas do inciso II do parágrafo anterior.

Art. 2º. O instrumento ou equipamento medidor de velocidade de veículos deve observar os seguintes requisitos:

I – ter seu modelo aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, atendendo a legislação metrológica em vigor e aos requisitos estabelecidos nesta Resolução;

II – ser aprovado na verificação metrológica realizada pelo INMETRO ou por entidade por ele delegada;

III - ser verificado pelo INMETRO ou entidade por ele delegada, obrigatoriamente com periodicidade máxima de 12 (doze) meses e, eventualmente, conforme determina a legislação metrológica em vigência.

Art. 3º Cabe à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via determinar a localização, a sinalização, a instalação e a operação dos instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade. (redação dada pela Resolução nº 214/06)

§ 1º Não é obrigatória a presença da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, no local da infração, quando utilizado o medidor de velocidade fixo ou estático com dispositivo registrador de imagem que atenda aos termos do §2º do art. 1º desta Resolução.

§ 2º Para determinar a necessidade da instalação de instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade, deve ser realizado estudo técnico que contemple, no mínimo, as variáveis no modelo constante no item A do Anexo I desta Resolução, que venham a comprovar a necessidade de fiscalização, garantindo a ampla visibilidade do equipamento. Toda vez que ocorrerem alterações nas suas variáveis, o estudo técnico deverá ser refeito com base no item B do Anexo I desta Resolução.

§ 3º Para medir a eficácia dos instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade instalados a partir de 08 de setembro de 2006, deve ser realizado estudo técnico que contemple, no mínimo, o modelo constante no item B do Anexo I desta Resolução, devendo este estar

disponível em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a implantação do instrumento ou equipamento medidor de velocidade;

§ 4º Sempre que os estudos técnicos previstos no Anexo I constatarem o elevado índice de acidentes ou não comprovarem sua redução significativa, recomenda-se a adoção de barreira eletrônica.

§ 5º Os estudos técnicos referidos nos parágrafos 2º, 3º e 4º devem:

I – estar disponíveis ao público na sede do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via;

II – ser encaminhados às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI dos respectivos órgãos ou entidades, quando por elas solicitados.

III – ser encaminhados aos Conselhos Estaduais de Trânsito ou ao CONTRADIFE, no caso do Distrito Federal, quando por eles solicitados.

IV – ser encaminhados ao Denatran, em se tratando de órgãos ou entidades executivas rodoviárias da União, órgãos ou entidades executivos de trânsito ou executivos rodoviários do Distrito Federal, Estaduais e Municipais.

§ 6º Até 31 de dezembro de 2006, o Denatran deverá regulamentar a forma como os estudos técnicos deverão ser encaminhados.

Art. 4º A notificação da autuação/penalidade deve conter, além do disposto no CTB e na legislação complementar, a velocidade medida pelo instrumento ou equipamento medidor de velocidade, a velocidade considerada para efeito da aplicação da penalidade e a velocidade regulamentada para a via, todas expressas em km/h.

§ 1º A velocidade considerada para efeito de aplicação de penalidade é a diferença entre a velocidade medida e o valor correspondente ao seu erro máximo admitido, todos expressos em km/h.

§ 2º O erro máximo admitido deve respeitar a legislação metrológica em vigor.

§ 3º Fica estabelecida a tabela de valores referenciais de velocidade constante do Anexo II desta Resolução, para fins de autuação/penalidade por infração ao art. 218 do CTB.

Art. 5º. A fiscalização de velocidade deve ocorrer em vias com sinalização de regulamentação de velocidade máxima permitida (placa R-19), observados os critérios da engenharia de tráfego, de forma a garantir a segurança viária e informar aos condutores dos veículos a velocidade máxima permitida para o local.

§ 1º A fiscalização de velocidade com medidor do tipo móvel só pode ocorrer em vias rurais e vias urbanas de trânsito rápido sinalizadas com a placa de regulamentação R-19, conforme legislação em vigor e onde não ocorra variação de velocidade em trechos menores que 5 (cinco) km.

§ 2º Para a fiscalização de velocidade com medidor do tipo fixo, estático ou portátil deve ser observada, entre a placa de regulamentação de velocidade máxima permitida e o medidor, uma distância compreendida no intervalo estabelecido na tabela constante do Anexo III desta Resolução, facultada a repetição da mesma a distâncias menores.

§ 3º Para a fiscalização de velocidade em vias em que ocorra o acesso de veículos por outra via ou pista que impossibilite no trecho compreendido entre o acesso e o medidor, o cumprimento do disposto no § 2º, deve ser acrescida nesse trecho a placa R-19.

§ 4º (revogado pela Resolução nº 214/06)

Art. 5º A. É obrigatória a utilização, ao longo da via em que está instalado o aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico medidor de velocidade, de sinalização vertical, informando a existência de fiscalização, bem como a associação dessa informação à placa de regulamentação de velocidade máxima permitida, observando o cumprimento das distâncias estabelecidas na tabela do Anexo III desta Resolução. (acrescentado pela Resolução nº 214/06)

§ 1º São exemplos de sinalização vertical para atendimento do caput deste artigo, as placas constantes no Anexo IV.

§ 2º Pode ser utilizada sinalização horizontal complementar reforçando a sinalização vertical.

Art. 6º. (revogado pela Resolução nº 165/04)

Art. 7º. A adequação da sinalização ao disposto no §2º do artigo 5º tem prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 8º. Os órgãos e entidades de trânsito com circunscrição sobre a via têm prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação desta Resolução para elaborar e disponibilizar os estudos técnicos previstos no Anexo I, para os instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade anteriormente instalados.

Art. 9º. Fica revogada a Resolução nº 141/2002.

Art.10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AILTON BRASILIENSE PIRES - Ministério das Cidades - Presidente

RENATO ARAUJO JUNIOR - Ministério da Ciência e Tecnologia - Titular

TELMO HENRIQUE SIQUEIRA MEGALE - Ministério da Defesa - Suplente

JUSCELINO CUNHA - Ministério da Educação - Titular

RUY DE GÓES LEITE DE BARROS - Ministério do Meio Ambiente - Titular

ELIZABETH CARMEN DUARTE - Ministério da Saúde - Titular

AFONSO GUIMARÃES NETO - Ministério dos Transportes Titular

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE - Ministério das Cidades - Titular

ANEXO I

(redação dada pela Resolução nº 214/06)

A - ESTUDO TÉCNICO: INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTOS OU EQUIPAMENTOS MEDIDORES DE VELOCIDADE

1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE TRÂNSITO

- Razão social:
- Estado/Município:

2 – LOCALIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO

- ☐ Local (fixo):
- ☐ Trecho (estático, móvel ou portátil):

RECEBIDO SGP-21
Em 20/04/2016

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100453